

Reajuste já!

Fórum das Seis solicita nova reunião de negociação salarial com reitores

Cada vez fica mais insustentável a postura dos reitores de não concederem reajuste a partir de setembro/06. É bom lembrar que o comunicado nº 2 do Cruesp (junho/06) previa reajuste assim que a razão entre arrecadação e previsão da Secretaria da Fazenda fosse, pelo menos, igual. Então, observe na tabela ao lado a arrecadação do ICMS, incluindo a de outubro/06.

Como pode-se ver, não há justificativa plausível para que

os nossos salários permaneçam sem correção. Ademais, é inaceitável que o Cruesp não cumpra sequer o compromisso assumido em seus próprios comunicados. E não é demais lembrar que se trata de recomposição salarial referente à inflação do período de maio/05 a abril/06! A expectativa é de que os reitores acatem nossa solicitação de negociação, ainda em novembro, e paguem o que nos é devido.

Arrecadação do ICMS em 2006

Período de 2006	Previsão da Secretaria da Fazenda em R\$ milhões (A)	Arrecadação em R\$ milhões (B)	Razão (B/A)
1/1 a 31/8	26.454,88	26.020,84	0,9840
1/1 a 30/9	29.826,79	29.460,18	0,9877
1/1 a 31/10	33.248,29	33.254,87	1,0002

LDO-2007: toda atenção é pouca

Na terça-feira, 31/10, o Fórum das Seis foi informado de que, por acordo entre governo e oposição, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) seria votada na quarta-feira, 8/11, em sessão extraordinária com início às 19h30. Fomos informados, também, de que o Presidente da Assembleia Legislativa (Alesp) havia decidido que não pautaria a Lei Orçamentária Anual (LO-2007) antes da votação da LDO-2007.

O Fórum das Seis dirigiu-se à Alesp na terça-feira, 7/11, para informar-se sobre uma eventual negociação do roteiro de votação da LDO-2007 — e tentar interferir nessa negociação. Nesse mesmo dia, obtivemos a indicação de que o governo e seus aliados propunham um roteiro de votação que não contemplaria todas as emendas da Educação, bem como outras que prescreviam transparência nas contas

do governo, em particular no que se refere à isenção fiscal e à evasão fiscal consentida.

O Fórum das Seis preparou, então, um documento apresentado aos deputados, contendo o que consideramos o mínimo a ser aprovado na Alesp e que consta do relatório do deputado Edmir Chedid (PFL), aprovado em 31/8 pela Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Alesp. São nossas reivindicações fundamentais:

1. Subemenda C, que trata do aumento de 30% para 31% da arrecadação total de impostos para a Educação Pública em geral;

2. Subemenda A, que modifica o artigo 4º do projeto do Executivo, destinando 10,43% do ICMS às universidades estaduais;

3. Subemenda B, que trata da vinculação de 1% do ICMS para o Centro Paula Souza;

4. Subemenda E, que prevê a realização de audiências públicas, como parte integrante do processo de construção da LDO e da LO a cada ano;

5. Subemenda F, que amplia consideravelmente os mecanismos para transparência dos efeitos dos benefícios, subsídios, remissões, anistias e isenções fiscais concedidos pelo governo, bem como um maior controle sobre o estoque da dívida ativa do Estado;

6. Subemenda G, que garante a publicidade das despesas de investimento por região de governo;

7. Subemenda K, que garante recursos orçamentários para o IAMSPE;

8. Emenda G, que suprime o artigo 28 do projeto do Executivo, que prevê o desconto da contribuição previdenciária do repasse feito às universidades estaduais. Cabe lembrar que este artigo estava presente na

LDO-2006, mas o Executivo concordou em retirá-lo, compreendendo o dano sério que este dispositivo pode causar à USP, Unesp e Unicamp.

Para nossa surpresa, na reunião do Colégio de Líderes, realizada a partir das 15 horas do dia 8/11, que deveria planejar o encaminhamento de votação da LDO-2007, um grupo de deputados — descontentes com a ação do Executivo de contingenciar precatórios e de não liberar verbas para as emendas de interesse desse grupo — obstruiu a discussão. A postura desses parlamentares era a seguinte: ou recebem o que consideram devido (prometido pelo Executivo), ou obstruem sistematicamente o funcionamento da Alesp.

Por este motivo, a votação da LDO-2007, anunciada para esse mesmo dia, foi cancelada, tendo sido impossível ne-

gociar um roteiro de votação. Nova reunião do Colégio de Líderes para debater propostas para o encaminhamento do impasse, com a conseqüente desobstrução da possibilidade de votação da LDO-2007, será realizada na segunda-feira, dia 13/11, às 15 horas.

A esta altura da tramitação política da LDO-2007, e dos ganhos que obtivemos no relatório aprovado pela CFO em 31/8, toda atenção é pouca. O Fórum das Seis acompanhará de perto, com marcação cerrada, a evolução desse processo na Alesp. E deve estar próximo o momento de votação da LDO-2007 no plenário da Alesp, mas é preciso que docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes se mobilizem para pressionar a Alesp a dar mais um passo para contemplar nossas justas reivindicações. Sua participação é indispensável!

Más condições de trabalho na USP Leste

Comunidade padece com poluição atmosférica e 95% dos docentes têm contratos precários

Olhos vermelhos, irritados, rinite alérgica são algumas das queixas freqüentes entre funcionários, estudantes e professores que convivem no campus da USP na Zona Leste. A forte poluição da área vem agravar um quadro de condições de trabalho já incertas para uma unidade, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que tem 95% de seus docentes contratados por processo seletivo, ou seja, “precários”.

Apesar de uma resolução do Conselho Universitário, de 2004, determinar que o ingresso na universidade se dê exclusivamente por concurso público, exceto em casos especiais, os chamados “precários”, que não têm garantias, são cerca de 1.000 na USP — aproximadamente 20% do total. Na EACH, 123 dos 131 docentes foram contratados por processo seletivo. Foram abertas 71 vagas, e todas serão preenchidas por processo seletivo. Assim, quando estiverem concluídas as novas contratações, a EACH contará com 202 docentes, dos quais 194 (96%) “precários”.

Quanto aos problemas ambientais enfrentados pela comunidade universitária em meio à zona industrial, remetem a uma antiga luta dos moradores do Jardim Keralux, bairro vizinho. Dentre as fábricas ali instaladas, destaca-se negativamente a atuação da Bann Química, fornecedora de insumos químicos para borracha de pneus. Desde 1989, a empresa foi multada 33 vezes pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), por emitir poluentes atmosféricos fora dos padrões ambientais e despejar resíduos in-

dustriais diretamente no rio Mongaguá, afluente do Tietê. Em agosto de 2006, a Bann Química foi interditada pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente e vem buscando, recentemente, adaptar suas instalações e voltar a operar normalmente.

O Jardim Keralux conta com cerca de 20 mil moradores, dos quais 6 mil se encontram na área mais fortemente poluída. Segundo reportagem do *Jornal da Tarde*, de 30/6/06, a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro é a que mais atende pacientes, 40 por dia, entre as 12 UBS de Ermelino Ma-

tarazzo. Os sintomas mais comuns: sangramento nasal, dores de cabeça, distúrbios respiratórios e dermatológicos, tosse, coriza e irritação na garganta.

E a USP?

Embora relatórios preliminares à implantação do campus não tenham apontado a contaminação do solo, a proximidade do Jardim Keralux parece indicar que a USP Leste não está livre da poluição atmosférica acentuada da região. “A gente tem muita queixa respiratória, de pele também”, relata o professor Pablo Ortellado, do curso de

Gestão de Políticas Públicas. “À noite, em especial, é um cheiro insuportável”.

Desde dezembro de 2005, a USP foi convidada a participar de reuniões intersetoriais com moradores do Jardim Keralux e representantes de órgãos estaduais e municipais, relacionados à saúde e ao meio-ambiente. As empresas locais também receberam convite para participar. As reuniões, organizadas inicialmente pela UBS da comunidade, foram instituídas com o objetivo de analisar os problemas da região e elaborar propostas que apontem para soluções efetivas.

“É a perspectiva de a gente conseguir atrair muitas pessoas e ver se solucionamos o problema dessa população. Eles, na verdade, estão numa situação pior que a nossa, estão assentados num terreno contaminado de fato”, explica Cristina Adams, docente do curso de Gestão Ambiental. A professora avalia que o grupo de professores e estudantes que acompanha as discussões deve procurar fazer com que a USP siga participando de forma efetiva. “Inicialmente, seria um papel no sentido de pesquisa, de levantamento de dados”, diz Cristina.

A “reforma universitária” já pode ser votada. Projetos de lei ameaçam ensino público, gratuito e de qualidade

Já há condições legais para que o relatório referente aos quatro Projetos de Lei (PL) que constituem a “reforma universitária” seja votado na Comissão Especial e siga para apreciação em plenário, segundo informações prestadas por Fernando Maia, funcionário de carreira na Câmara dos Deputados e secretário da Comissão Especial.

O assunto já constou das 10 sessões necessárias para que o relatório possa ser votado. Há interesse, tanto do presidente da Comissão quanto do governo, de que a “reforma” prossiga. O secretário disse ainda que o relator, deputado Paulo Delgado (PT), teria uma reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar do assunto nesta se-

mana, e que também estaria empenhado em priorizar a finalização do Relatório.

As propostas em andamento podem comprometer as possibilidades de manter até mesmo os poucos bolsões públicos, onde ainda é possível exercer a função de universidade centrada no tripé ensino-pesquisa-extensão. Vale lembrar que, conforme já denunciado (*Informativo Adusp* 223), os PL mais antigos têm forte teor privatista, sendo que o projeto do Executivo está pensado a estes (a base é o PL 4212/2004).

Situação é grave

Tais projetos rebaixam as exigências quanto à titulação docente, ao regime de trabalho e à obrigação de realizar pesquisas na instituição, até mesmo em rela-

ção às parcas exigências da LDB/1996. Assim, por exemplo, uma universidade poderia constituir-se com apenas 3% do seu corpo docente realizando qualquer tipo de pesquisa, agregados em, no mínimo, dois grupos ou possuindo um único programa de pós-graduação, mesmo que só de mestrado.

Também não haveria mais a obrigação de ter um terço do seu corpo docente em regime de dedicação exclusiva e até a figura esdrúxula do “professor horista” estaria regulamentada, de acordo com um desses textos, o PL 4221/2004.

Ciente da gravidade da situação, a diretoria da Adusp solicitou em 8/11 à Reitoria uma audiência específica para tratar desta questão. A USP, na figura de sua Reitora, pode ser chamada a participar de

audiência pública na Câmara, junto com dirigentes de outras instituições também públicas. Além disso, outras audiências podem convidar dirigentes de instituições privadas ou entidades representativas de estudantes e docentes, conforme solicitado por deputados membros da Comissão. Mas cabe lembrar que tais audiências não são obrigatórias e dependem dos interesses do relator e do presidente da Comissão Especial.

O momento é, pois, de aprofundar o entendimento da “reforma universitária” em tramitação e dedicar o máximo de empenho para evitar que este tema, de enorme relevância para o futuro da educação neste país, seja encaminhado da forma atropelada como os fatos parecem prenunciar.

Governos estatizam prejuízos da Fundação Zerbini

Empréstimos temerários e projetos aventureiros geraram dívida e crise no InCor

A grave crise financeira que assola a Fundação Zerbini desde 2001, e que veio a público em 2005, em meio à troca de acusações entre a cúpula do HC e a cúpula do Instituto do Coração (InCor, controlado pela fundação privada), chegou a seu ápice na semana passada, quando se soube que 3 mil funcionários estavam com seus pagamentos em atraso em São Paulo. O diretor-executivo do InCor, David Uip, admitiu para a rádio Jovem Pan e a *Folha de S. Paulo* que a fundação “caminha para a falência”.

Em janeiro deste ano, funcionários da Fundação Zerbini que atuam em Brasília, no programa “Família Saudável”, fizeram um protesto diante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, pois estavam com os salários atrasados (*Correio Brasiliense*, 11/1/06). Uma das explicações para o atual atraso do pagamento em São Paulo, segundo declarou Uip à Jovem Pan em 9/11, foi o fato de a fundação haver repassado “R\$ 36 milhões de São Paulo para a capital federal — o que não era previsto”.

Uip também informou que em 2006 o governo estadual aumentou em R\$ 50 milhões seu repasse ao InCor, que teria passado de R\$ 150 milhões para R\$ 200 milhões (*Folha de S. Paulo*, 9/11). Com esse valor, segundo o diretor-executivo do InCor, o Estado “cobriu as compras de órteses e próteses e assumiu os salários de 900 funcionários antes bancados só pela fundação e que passaram para a folha do Hospital das Clínicas, que abrange o InCor”. Uip considera, porém, que “é necessária a incorporação de outros 700”.

É de se indagar: tais operações são legais?

Empréstimo do BNDES

A Fundação Zerbini tem-se envolvido, desde 1997, em

uma série de iniciativas duvidosas. Em primeiro lugar, contraiu um empréstimo de R\$ 69 milhões do BNDES, supostamente para a construção do chamado Bloco II do InCor. Hoje ela deve ao banco estatal nada menos do que R\$ 117 milhões. Além disso, contraiu dívidas com outros oito bancos, num total de R\$ 62 milhões (*Revista Adusp* 36, p. 96). Estima-se que a dívida global (que inclui os valores devidos a fornecedores) seja atualmente de R\$ 245 milhões.

Outras iniciativas problemáticas da Fundação Zerbini dizem respeito à criação de empresas (vide *Revista Adusp* 24), à “exportação” do InCor para outras cidades (Brasília, Salvador, Osasco), à participação em programas federais e estaduais de saúde sem relação direta com doenças do coração (como o Qualis) e à criação de unidades diferenciadas, como a “Casa do Climatério” (vide *Revista Adusp* 36).

O InCor Brasília, criado por interesse de parlamentares e figuras interessadas em assegurar um atendimento médico de alto nível na capital federal, revelou-se um desastre financeiro. Agora já se fala na criação de uma outra fundação privada, especificamente para gerir esse hospital.

Governo assume

O agravamento da crise financeira da Fundação Zerbini fez ressurgir o lobby pela estatização dos prejuízos provocados pela gestão aventureira da entidade, que é responsável pela privatização parcial do InCor por meio da criação da “segunda porta” — o atendimento *vip* de pacientes conveniados e pacientes particulares.

Do promotor de justiça de fundações, Airton Grazioli, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, passando por dirigentes da fundação e do InCor, todos

clamam pelo socorro financeiro do Estado e da União — como se estes já não garantissem importantes recursos. Segundo o *Estadão*, “o governo deve se preparar para prestar uma ajuda bem mais substancial”, e o “governo federal tem igualmente uma grande responsabilidade na recuperação do InCor” (editorial “Salvar o InCor”, 10/11, A3).

Todos parecem desconhecer que, entre 2003 e 2006, a Fundação Zerbini ocupou a sétima posição no *ranking* das instituições privadas que receberam mais verbas federais. De acordo com os Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro (SIAF), naquele período a fundação recebeu do governo federal R\$ 108.143.698. Mais: em 2003 o BNDES refinanciou a dívida da fundação, adotando indexadores mais favoráveis à entidade privada.

Intermediação

“Fiz uma intermediação com o Bradesco, que é um grande credor, e o Santander será o intermediário com o BNDES”, declarou o governador Cláudio Lembo (PFL), acrescentando: “O presidente Lula também ajudou na negociação”. Lembo afirmou que a Fundação Zerbini está “quebrada” (*Diário de S. Paulo*, 10/11, A7).

Ao mesmo tempo, a Fundação Zerbini ameaça reduzir o atendimento aos pacientes do SUS, como se o InCor não fosse um hospital público: “Para abrir mais espaço ao atendimento de planos de saúde e, assim, arrecadar mais recursos, o InCor vai tentar reparar os pacientes graves, que ficam muito tempo ocupando leitos do hospital, para instituições como o Hospital SP” (*Folha*, 10/11, C3).

Assim, as informações publicadas nos últimos dias revelam que a Fundação Zerbini, com apoio de parte da mídia,



Obras no InCor: financiamento federal e estadual

do governo estadual e da Promotoria de Fundações, prepara-se para, mais uma vez, realimentar os desvios que vêm caracterizando a sua atuação na última década:

1) O promotor estimula a privatização do InCor, sugerindo que seja ampliado o atendimento à clientela privada, em detrimento do SUS.

2) O promotor, a quem cabe fiscalizar as fundações, declara que a fundação exigiria uma intervenção, pois a dívida compromete o patrimônio da entidade, mas logo acrescenta que “na prática, isso não vai acontecer”, alegando que provocaria um “impacto social muito grande” (*O Estado de S. Paulo*, 9/11), confundindo assim a fundação com o InCor (nos anos 1990, a Promotoria interveio na Fundação Faculdade de Medicina, sem prejudicar em nada o atendimento no Hospital das Clínicas).

3) Curiosamente, a Promotoria de Fundações acaba de arquivar investigação que concluiu pela inexistência de irregularidades na Fundação Zerbini.

4) Os governos assistem a tudo de modo complacente, esquecendo-se de que a Fun-

dação Zerbini apoderou-se de próprios públicos, administra verbas públicas, inclusive recursos carimbados do SUS, e até mesmo cobra uma “taxa de administração” sobre estes últimos.

Em janeiro, pagamento só na Nossa Caixa

Conforme noticiamos no *Informativo Adusp* 224, a partir de janeiro de 2007 a USP só efetuará pagamento de vencimentos pela Nossa Caixa. A possibilidade de abertura de conta-salário ainda depende de orientações posteriores do Banco Central. Enquanto isso, faz-se necessária a abertura de conta-corrente na Nossa Caixa. O banco não cobra pela abertura e isenta os novos correntistas de tarifas de manutenção por três meses, período em que se espera a regulamentação do Banco Central. Deixar de abrir a conta pode inviabilizar o pagamento de salários a partir do ano que vem.

Os 30 anos da Adusp

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) acaba de completar 30 anos de existência. Sua primeira assembleia, ainda com diretoria provisória, ocorreu em outubro de 1976. Convém lembrar brevemente o cenário de sua fundação, tomando como referência matérias da Revista Adusp nº 8, edição especial de dezembro de 1996, dedicada aos 20 anos da Adusp.

Vivíamos os “anos de chumbo” da ditadura militar no país. O ano de 1976 se iniciou com a cassação dos deputados oposicionistas Marcelo Gatto, Nelson Fabiano e Lysâneas Maciel, e terminou com o assassinato de três dirigentes do PCdoB, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond, episódio este que passou a ser conhecido como a “chacina da Lapa”. Por outro lado, 1976 marcou o reinício do movimento estudantil, registrando também grande atividade da intelectualidade e da Igreja, de combate à ditadura militar.

As mortes do jornalista e professor da USP Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, representaram a “gota d’água” para muitos setores populares, dando origem a um novo e decisivo ciclo de protestos contra a ditadura, mudando o panorama político. Em junho de 1976, fruto do esforço de organização dos estudantes, foi criado o DCE-Livre da USP. Em outubro, fruto da iniciativa de docentes da USP, indignados com o assassinato de Herzog, nasce a Adusp.

Auxiliares de Ensino

A criação da Adusp está relacionada com a Associação de Auxiliares de Ensino, que havia se constituído na USP em 1956, englobando todos os professores não catedráticos.

A Associação teve um papel importante na luta pela incorporação do contrato de tempo integral e participou intensamente em favor da fundação da Fapesp. Em 1964, além de continuar empenhada em reivindicação salarial, a Associação tornou-se alerta com relação à perseguição política que docentes passaram a sofrer, dada a situação ditatorial instaurada. Foram árduos os anos de 1964 a 1967. Sem renovação, a Associação acabou “morrendo”, deixando os docentes da USP órfãos de uma entidade representativa.

Em 1968 foi fundada a Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Apes). A vigência do AI-5, porém, levou à Apes ao colapso já em 1969. Em 1975, no entanto, a morte brutal de Herzog despertou, além de protestos contra sua morte e contra a inaceitável opressão política, um movimento de solidariedade entre os docentes da USP.

Recuperado o antigo estatuto, e diante da nova estrutura da USP, a Associação de Auxiliares (res)urgiu como uma associação de todos os docentes da USP, inclusive os titulares: tornou-se a Adusp. A enorme deterioração salarial, o clima de repressão e timidez intelectual em função do AI-5, prejudicava muito o ambiente de pesquisa, inibindo as relações entre as pessoas na universidade. O aspecto mais grave da repressão interna era a triagem ideológica na contratação dos professores.

A Adusp conseguiu inibir a influência na contratação de pessoal pelo órgão de segurança da USP. Os critérios de contratação, defendia a Adusp, deveriam (e de-

vem) ser científicos e culturais e não de ordem política ou repressiva. A liberdade acadêmica, fundamental, foi claramente defendida desde a primeira diretoria da Adusp.

Papel importante

A primeira diretoria eleita da Adusp desempenhou um importante papel na criação de associações de docentes em inúmeras universidades no país, que culminou com a fundação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). Na Constituição de 1988 o funcionalismo público conquistou o direito à sindicalização. Daí surgiu o Andes-Sindicato Nacional e a Adusp se transformou em uma de suas seções sindicais.

Nos anos mais recentes, do ponto de vista interno, a Adusp tem atuado contra uma tendência nefasta, que tem acometido sucessivas administrações, de garantir o funcionamento da universidade às custas do arrocho de salários e da perda de quadros docentes e funcionários técnico-administrativos.

Tem lutado ainda contra os contratos precários, as fundações privadas ditas “de apoio”, a estrutura e o funcionamento autocráticos da Cert, o Estatuto, que impede a democratização da USP e da destinação de sua produção.

Desde a conquista da autonomia financeira, em 1988, a Adusp tem integrado o Fórum das Seis, articulação que une as entidades de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes da USP, Unesp e Unicamp, bem como do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, e que define pautas conjuntas para negociar com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), o que contribuiu para barrar, ao longo da última década, uma perda salarial estimada em quase 90%.

A Adusp tem atuado na defesa constante da democracia e do ensino superior público de qualidade para toda a sociedade, e continuará a fazê-lo com todas as forças que estiverem ao seu alcance.

Comemoração

Para comemorar os 30 anos da Adusp foram programadas duas atividades, que estão nominadas no quadro com o cartaz comemorativo. Na atividade de 23/11 pretende-se lembrar um pouco mais da história da Adusp, com depoimentos de ex-diretores, particularmente do início ouçado da entidade nos “anos de chumbo”; da primeira greve do funcionalismo estadual; da luta junto com a comunidade do Butantã pela instalação do HU; da primeira consulta direta para a eleição de reitor; da queima dos arquivos da USP no período ditatorial; da longa greve vitoriosa de 1988, que culminou com o salário referência de janeiro de 1989 e da autonomia. Ao final dessa atividade acontecerá um coquetel, animado com música e com um Auto de Natal.

Na atividade de 29/11 discutiremos a crise do trabalho no capitalismo contemporâneo e seus reflexos no funcionalismo público e nos seus sindicatos.

Os 30 anos da Adusp
23/11, quinta-feira, 18h
Anfiteatro Luiz R. Trabulsi, ICB 3

Crodowaldo Pavan (ICB) - a confirmar
José Jeremias de Oliveira Filho (FFLCH)
Antonio Candido de Mello e Souza (FFLCH)
Modesto Carvalhosa (FD)
Judith Kardos Klotzel (ICB)
Francisco Miraglia (IME)

com música, coquetel e apresentação do Auto de Natal

Adusp 30 anos

1976-2006

A crise do trabalho, o funcionalismo público e seus sindicatos
29/11, quarta-feira, 16h
Anfiteatro Freitas Nobre, ECA

Luiz Henrique Schuch (IFPB) - vice-presidente do Andes-SN
Arnaldo José França Mazzei Nogueira (FEA-USP e FEA-PUIC)
Ricardo Antunes (Unicamp)
João Zanetic (IF-USP) - vice-presidente da Adusp